

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DEDIAMANTINO CNPJ 03.648.540/0001-74



DECRETO Nº 200/2018

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA
DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
- SUS NO ÂMBITO MUNICIPAL, DEFINE
COMPETÊNCIAS, NOMEIA OUVIDOR,
APROVA O REGULAMENTO DO SISTEMA
OUVIDORSUS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, consoante os princípios gerais de direito público, na forma da Constituição Federal nos artigos 196, 197 e 198, com base na Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS n° 8.080/90, Lei n° 8.142/90, Portaria SGEP n° 08/2007, Lei Complementar nº 162/2004 e Decreto Federal nº 2.455/2009, e

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar condutas para o aprimoramento do processo de resolução das demandas apresentadas pelos cidadãos usuários do SUS,

CONSIDERANDO o Pacto pela Saúde, que valoriza a relação solidária entre os gestores das três esferas de governo,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 162 de 29 de Março de 2004, que preconiza a criação de Ouvidorias Setoriais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Diamantino-MT, a Ouvidoria de Gestão do SUS, como canal de gestão estratégica e participativa do SUS.

Art. 2° - Compete à Ouvidoria de Gestão do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e VISA do município de Diamantino-MT:





CNPJ 03.648.540/0001-74

- I receber as reclamações, elogios, sugestões, solicitações, informações e responder com respeito, agilidade e eficiência;
- II exercer as funções pautadas nos interesses de Ouvidoria, com independência, autonomia sem qualquer ingerência político-partidária a fim de garantir os direitos dos cidadãos-usuários e do serviço público;
- III solicitar informações, documentos e materiais impressos, didáticos e técnicos,
 aos órgãos, entidades públicas e privadas, relativos à ouvidoria;
- IV analisar as causas das falhas no serviço público e propor as mudanças viáveis e coerentes para melhoria da qualidade dos serviços;
- V resguardar sigilo das ações demandadas pelo cidadão-usuário e pelos superiores;
- VI manter informações atualizadas e sistematizar todos os dados que originaram as informações, indicadores;
 - VII elaborar relatórios periódicos aos órgãos superiores;
 - VIII atuar em parceria com outros ouvidores e órgãos públicos;
- IX fomentar a participação do usuário na fiscalização e planejamento dos serviços públicos;
 - X divulgar as ações e finalidade da Ouvidoria Municipal da Saúde;
- XI criar permanentemente estratégias que facilitem o acesso do cidadão aos serviços de saúde e à Ouvidoria Municipal da Saúde;
 - XII agir com integralidade, ética, eficiência, imparcialidade, transparência e justiça;
- Art. 3º As ações da Ouvidoria de Gestão serão baseadas conforme seu Regimento Interno.





CNPJ 03.648.540/0001-74

Art. 4° - Nomeia como responsável pela Ouvidoria de Gestão do SUS no âmbito municipal, a seguinte servidora: Srª. FABIANE CAPISTRANO TAVARES DE ÀVILA, inscrita no CPF sob o nº 728.761.151-15, e matrícula nº 58931-1.

Art. 5° - Aprovar a Regulamentação do Sistema OuvidorSUS, conforme disposto no Anexo Único deste Decreto.

Art. 6° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 14 de dezembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal





CNPJ 03.648.540/0001-74

Art. 4° - Nomeia como responsável pela Ouvidoria de Gestão do SUS no âmbito municipal, a seguinte servidora: Srª. FABIANE CAPISTRANO TAVARES DE ÀVILA, inscrita no CPF sob o nº 728.761.151-15, e matrícula nº 58931-1.

Art. 5° - Aprovar a Regulamentação do Sistema OuvidorSUS, conforme disposto no Anexo Único deste Decreto.

Art. 6° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 14 de dezembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal





CNPJ 03.648.540/0001-74

- 8. O prazo máximo para a conclusão das demandas no Sistema será estabelecido pelo teor das manifestações que, por sua vez, determinará as prioridades especificadas a seguir:
 - a) Urgente até 15 dias;
 - b) Alta até 30 dias:
 - c) Média até 60 dias;
 - d) Baixa até 90 dias.
 - 8.1 O prazo para conclusão será contado a partir da data de encaminhamento da demanda.
- 9. As demandas já inseridas no Sistema até a publicação deste Regulamento terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para serem concluídas.
- 10. O gestor será responsável pelas ações dos usuários cadastrados por ele no uso do Sistema OuvidorSUS.

